



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL UAB/MEC
Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância
Curso de Licenciatura em Geografia**

Linha de Pesquisa: Relação sociedade-natureza com ênfase nos aspectos humanos.

MARIA ISABEL CLEMENTINO PEREIRA

**TERRITÓRIOS DE OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DO PERÍMETRO IRRIGADO DO
AÇUDE DE SÃO GONÇALO NO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB**

**POMBAL – PB
2021**

MARIA ISABEL CLEMENTINO PEREIRA

**TERRITÓRIOS DE OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DO PERÍMETRO IRRIGADO DO
AÇUDE DE SÃO GONÇALO NO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC - **MONOGRAFIA**) apresentado junto à coordenação do curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, através da Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, em cumprimento aos requisitos necessários para obter o título de Licenciado em Geografia. Sob a orientação do Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

Linha de Pesquisa: Relação sociedade-natureza com ênfase nos aspectos humanos.

Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

**POMBAL – PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P436t Pereira, Maria Isabel Clementino.
Territórios de ocupação das áreas do perímetro irrigado do açude de São Gonçalo no município de Sousa/Pb [manuscrito]
/ Maria Isabel Clementino Pereira. - 2021.
44 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto, UEPB - Universidade Estadual da Paraíba."

1. Geografia. 2. Território. 3. Irrigação. I. Título

21. ed. CDD 910

MARIA ISABEL CLEMENTINO PEREIRA

**TERRITÓRIOS DE OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DO PERÍMETRO IRRIGADO DO
AÇUDE DE SÃO GONÇALO NO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC- **MONOGRAFIA**) apresentado no Curso de Licenciatura Plena em Geografia, sob a orientação do Professor Dr. Belarmino Mariano Neto, na Universidade Estadual da Paraíba, através da Pró-Reitoria de Ensino, Médio, Técnico e Educação a Distância, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura em Geografia.

Aprovado em: 20 / 08 / 2021

Banca Examinadora



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto UEPB/CH/DG Orientador (Doutor em Sociologia pela UFPB/UFCG)



Prof. Dra. Ricélia Maria Marinho Sales (UFCG/CCTA/ POMBAL)
Doutorado em Sociologia pela UFCG

Examinadora Externa



Prof. Dr. Ivanildo Costa da Silva (UEPB/CH/DG)Doutor em Geografia pela UFPB/PPGG Examinador Interno

Aos meus queridos e amados pais (in
memoria) pelo exemplo de vida que nos
destes, na sua fé e em razão do seu amor
singelo. Dedico!

AGRADECIMENTOS

A Deus por me dar força e fé para superar as dificuldades.

Ao meu esposo, Francisco Estrela Dantas, pelo carinho e compreensão das minhas ausências em momentos que devia estar presente.

À minha família que sempre me ajudou com incentivo, acreditando na minha capacidade incondicionalmente.

Aos meus colegas de trabalho pelo incentivo, apoio e confiança na minha pessoa, acreditando na minha capacidade.

Ao meu colega de curso, Irineu Simão, que sempre quando eu preciso está à disposição para me ajudar nessa jornada acadêmica.

Aos colegas de classe que fizeram parte da minha vida durante esse período de curso.

Aos meus professores, desde o Ensino Fundamental até a graduação, por ter me permitido construir conhecimentos.

Ao meu orientador, Dr. Belarmino Mariano Neto, por acreditar em minha capacidade, por toda paciência, dedicação, compreensão e carinho, e por ser esse ser humano incrível, exemplo de humildade tanto pessoal quanto profissional

A minha tutora, Anaese Vieira dos Santos que sempre me orientou e me ajudou em todos os momentos.

E aos demais que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para meu crescimento e à conclusão do Curso.

“Toda ação humana, quer se torne positiva ou negativa, precisa depender de motivação” (Dalai Lama).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os processos de luta por territórios de ocupação ocorridos no Perímetro Irrigado de São Gonçalo, nas duas últimas décadas. Bem como, discutir e entender os conceitos de territórios e de territorialidade ao mesmo tempo, procurar entender que o território se trata de um espaço delimitado, e que por vezes são desconstruídos através das relações de poder (Raffestin, 1993). No assunto em estudo, o acampamento Federal de São Gonçalo passou por transformações marcadas pela territorialidade, constatada pela ação envolvendo uma gama muito grande de atores nas apropriações indébitas com o passar do tempo, sem registro de conflitos, e que aconteceu gradativamente. Na obra Memorial de um Sertão publicado em (2018, p.84), de autoria do escritor Josemar Alves Soares, filho natural de São Gonçalo, faz a historiografia da criação do acampamento federal através IFOCS na década de 1920, órgão depois substituído pelo DNOCS. Mostra também a fragmentação espaço-social no acampamento, causada pela falta de fiscalização, a fragilidade do órgão Federal, a falta de uma gestão para coibir as construções irregulares teve como consequências a total descaraterização das residências que historicamente ao longo dos anos serviram exclusivamente aos funcionários moradores do acampamento.

Palavras-chave: Apropriação, território, descaraterização.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the processes of struggle for occupation territories that have taken place in the Irrigated Perimeter of São Gonçalo, in the last two decades. As well as, discussing and understanding the concepts of territories and territoriality at the same time, trying to understand that the territory is a delimited space, and that they are sometimes deconstructed through power relations (Raffestin, 1993). In the subject under study, the Federal Camp of São Gonçalo underwent transformations marked by territoriality, evidenced by the action involving a very large range of actors in misappropriations over time, without any record of conflicts, and which happened gradually. In the work *Memorial de um Sertão* published in (2018, p.84), authored by writer Josemar Alves Soares, natural son of São Gonçalo, he historiographs the creation of the federal encampment through IFOCS in the 1920s, an organ later replaced by DNOCS. It also shows the social-space fragmentation in the camp, caused by the lack of supervision, the fragility of the Federal agency, the lack of a management to curb irregular constructions, which resulted in the total de-characterization of the residences that historically served exclusively to employees camp residents.

Keywords: Appropriation, territory, decharacterization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Brasil, Paraíba, Sousa, São Gonçalo – PB.....	20
Figura 2 – Vista aérea do Açude de São Gonçalo, Distrito de São Gonçalo, Sousa/PB.....	21
Figura 3 – Vista do Açude do perímetro irrigado de São Gonçalo.....	23
Figura 4 – Distrito sede de São Gonçalo e Núcleos I, II e III do PISG. Sousa/PB.....	25
Box 1 – Territórios: Núcleos Habitacionais I, II e III do PISG Sousa – PB.....	26
Figura 5 – Trecho do rio Piranhas, onde fica a sangria do Açude São Gonçalo, Sousa/PB.....	27
Figura 6 – Medidora, localizada próximo ao açude.....	28
Figura 7 – Queimadas as margens da PB 380, na altura do Sítio Quandú, PISG – Sousa – PB.....	29
Figura 8 – Produção de coco Verde na área do perímetro irrigado do Açude São Gonçalo, Sousa/PB.....	31
Figura 9 – Estação de Piscicultura Joaquim Firmino Filho no PISG – Sousa – PB...	32
Figura 10 – Estação meteorológica na região do PISG – Sousa – PB.....	33
Figura 11 – Vista panorâmica da Gruta de Nossa Senhora de Lourdes localizada no PISG – Sousa – PB.....	34
Figura 12 – Loja Maçônica Vale do Piranhas localizada no PISG – Sousa – PB.....	35
Figura 13 – Prédio histórico do Hotel Catete no PISG – Sousa – PB.....	36
Figura 14 – IFPB, Campus Sousa – Unidade São Gonçalo.....	37
Figura 15 – Vista do Túnel de Tamarineiras localizada no PISG – Sousa – PB.....	38
Figura 16 – Casa de veraneio as margens do açude de São Gonçalo.....	39
Box 2 – Restaurante O Mirante as margens do Açude Rio Piranhas no Perímetro Irrigado de São Gonçalo.....	40
Box 3 – Ocupação na área da Zootecnia em Haras para cavalos no Perímetro Irrigado de São Gonçalo.....	41
Figura 17 – Restaurante as margens do Açude Rio Piranhas no Perímetro Irrigado de São Gonçalo.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP –	Ação Civil Pública
AMSG –	Associação de Moradores de São Gonçalo
APP –	Área de Preservação Permanente
BR –	Brasil
CAMISG –	Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de São Gonçalo
CIP –	Cooperativa dos Irrigantes da Paraíba
CONAMA –	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DNOCS –	Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
EAFS –	Escola Agrotecnica Federal de Sousa
IBAMA –	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS –	Instituto Federal de Obras Contra As Secas
IFPB –	Instituto Federal da Paraíba
IOCS –	Inspetoria de Obras Contra As Secas
MEC –	Ministério da Educação e Ciências
MP –	Medida Provisória
MPF –	Ministério Público Federal
OCDE –	Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PB –	Paraíba
PISG –	Perímetro Irrigado de São Gonçalo
STJ –	Superior Tribunal de Justiça
UAB –	Universidade Aberta do Brasil
UEPB –	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2.	REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL	155
2.1	TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA RURAL	16
3.	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E O TERRITÓRIO DO AÇUDE SÃO GONÇALO	199
3.1	LOCALIZAÇÃO GEOGRAFIA DO PERÍMETRO IRRIGADO DO AÇUDE DE SÃO GONÇALO.....	20
3.2	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA ÁREA DO PISG	30
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES – TERRITÓRIOS DE CONFLITOS NO PISG	409
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	443
	REFERÊNCIAS	465

1 INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, o regime administrativo do Perímetro Irrigado de São Gonçalo esteve ligado diretamente às instâncias federais, através da administração do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. A partir de 1996, basicamente, esse regime começou a sofrer intensas mudanças, perdendo, com o sucateamento deste órgão federal, o seu papel administrativo efetivo, passando a sofrer interferências do poder público local e suas vontades.

Desde a desapropriação das terras de latifundiários locais para o início da construção do açude de São Gonçalo, inaugurado no ano de 1936, percebemos que a ideia de território e de territorialidades ficou muito vaga e ainda não se tem um consenso formado sobre isso. Além disso, quase nada se tem de estudos e de publicações sobre o tema.

O título do nosso trabalho se justifica pelo fato de que, nas últimas décadas, sobretudo dos anos 2000 para cá, houve um intenso processo de apropriação de alguns terrenos e prédios públicos, ocupação de outros e venda de terras à iniciativa privada. O Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG) passou por inúmeras modificações em sua paisagem por conta disso. Desse modo, já que não há a escrituração dos terrenos (apropriados, ocupados, vendidos), os mesmos podem ser interpretados como alheios aos seus atuais proprietários.

Ao escolhermos a temática “Territórios”, nosso olhar aponta para uma questão: se as terras que abrangem o Perímetro Irrigado de São Gonçalo pertencem à União, sendo administradas pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), a quem, de fato pertencem os terrenos comprados por terceiros e/ou ocupados nas últimas décadas?

Enquanto natural de São Gonçalo e moradora local, além de graduanda do curso de Licenciatura em Geografia, inquietou-me, durante o curso, compreender quem detém o poder territorial de São Gonçalo e melhor entender os processos de luta por territórios de ocupação na comunidade, pois percebo que existem muitas incertezas sobre os grupos sociais, empresariais e políticos que estão envolvidos no processo de ocupação, tanto regular quanto irregular, perante as regras territoriais estabelecidas pelo DNOCS.

O objetivo geral com este estudo foi de analisar a ocupação territorial do perímetro irrigado do açude de São Gonçalo, no município de Sousa PB, considerando as áreas de ocupações, desde a sua fundação. Para tanto, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) uma caracterização geográfica da área de estudo, focada no perímetro irrigado do açude de São Gonçalo; b) identificação das potencialidades ambientais do Açude de São Gonçalo para a região; c) um estudo geral do acampamento, construção e administração do perímetro irrigado do açude de São Gonçalo.

A metodologia do estudo consistiu em uma pesquisa empírica, surgida através da necessidade do entendimento das apropriações das terras do perímetro irrigado de São Gonçalo, durante o passar dos anos pessoas que já não residem mais no acampamento, narram às histórias da origem, dos primeiros habitantes, da construção do açude, da organização e arquitetura das residências.

Para a temática, projetamos o embasamento teórico e a parte referente a território e territorialidade, foram feitas pesquisas através dos escritos do geógrafo, cientista e professor Milton de Almeida Santos, na obra *Pensando o espaço do homem*.

Para conhecimento da temática local foram feitas leituras das obras: *Memorial de um sertão*, do escritor São Gonçalense, Josemar Alves Soares (2018) e *Entre os apitos da casa de força: A representação social do romance "A Barragem"*, do também escritor São Gonçalense, Isaías de Oliveira Ehrich (2016).

A coleta de informações factuais aconteceu através de entrevistas informais com grupos de moradores mais antigos e moradores mais recentes da comunidade. O aspecto jurídico da questão junto aos Tribunais Superiores será pesquisado na jurisprudência. As fotos coletadas dos territórios afetados pelas apropriações foram coletas nos locais em que ocorreram as ações de apropriações.

O trabalho foi estruturado em uma sequência de capítulos, sendo a introdução uma primeira abordagem em que apresentamos o tema, a área de pesquisa, nossos objetivos e os caminhos metodológicos. O segundo capítulo se prendeu aos argumentos teóricos acerca dos debates territoriais e conceituais. O terceiro capítulo focou na caracterização geográfica da área de pesquisa, muito mais centrada na área do Açude de São Gonçalo, Sousa/PB. O capítulo quatro voltou-se para os resultados e discussões, com a identificação dos principais tipos de ocupação territorial e os conflitos de interesse na área. Seguimos com o quinto capítulo, em

definimos as considerações finais e a lista de autores e documentos institucionais fundamentais para o estudo.

1. REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL

Para pensar o conceito de território é necessário estabelecer sua diferença conceitual com a categoria espaço geográfico, pois são comumente confundidas, as categorias território e espaço geográfico não são sinônimas. Na verdade, o espaço é anterior ao território (LEFEBVRE, 1978, p. 259 *apud* RAFFESTIN, 1993, p. 143).

De acordo com Raffestin (1993), ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Neste sentido, entende o território como sendo, um espaço onde se planejou um trabalho, seja uma ação e informação, e que, por consequência, evidencia relações marcadas pelo poder.

Portanto, é importante considerar que o espaço geográfico não é sinônimo de território. De forma que “[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 144 *apud* BORDO *et al.*, 2012, p. 2).

Observa-se que “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN” (SOUZA, 2001, p. 11 *apud* BORDO, *et al.*, 2012, p. 4).

Santos (2010) ratifica este entendimento quando diz que falar de território não é falar na superfície nua do país, e sim se referir a um território usado, um território com as pessoas dentro, tal como elas são. O autor muito enfatiza a importância de se estudar o território, pois faz destaque da importância maior em compreender a categoria território, uma vez que, para o autor, é na base territorial que tudo acontece, mesmo as configurações e reconfigurações mundiais influenciando o espaço territorial (SANTOS, 2002 *apud* BORDO, *et al.*, 2012).

Partindo da interpretação de território como uma fração do espaço, apropriada concreta ou abstratamente, onde existem relações de poder e onde um sujeito projeta um trabalho ou energia, Raffestin (1993) discute o conceito de territorialidade como espaço vivido e nessa argumentação, considera que diferentes atores sociais busca estabelecer domínios e/ou lutas que lhes mantenham no controle do território e, nesse processo, existem os laços tradicionais, culturais que estão para além de

um poder puramente de estados ou de governos, pois os movimentos e dinâmicas sociais estão na base de uma consolidação territorial.

[...] adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também (RAFESTIN, 1993, p. 159; NASCIMENTO, 2011, p. 149).

É a partir destas reflexões que se entende a complexidade e, ao mesmo tempo, a relevância de ações e políticas públicas que se propõe a discutir território enquanto espaço de construção coletiva, de planejamento e de desenvolvimento, que contemple os anseios de seu povo. Ao tempo em que se apresenta na mesma medida importante, entender como vêm se construindo estas relações de poder e disputa, nestes espaços existentes a partir da história de seu povo, como também nos espaços criados a partir de uma intervenção do Estado, neste território. Para Santos (2010), o que interessa como objeto de estudo, na categoria de território, é o território habitado, vivido, trabalhado, sofrido por todos. O território utilizado de maneira comum, ainda que de forma diversa por todos.

Schneider (2004) aponta para estudos que buscam abordar o território na perspectiva dos ambientes rurais ou do campo. Nossa área de pesquisa se interessou exatamente destas áreas territoriais que se originaram desde a construção do açude de São Gonçalo no município de Sousa, Sertão da Paraíba. Essa dinâmica territorial a partir da zona rural foi fundamental para essa pesquisa, daí a escolha teórica da categoria geográfica de análise centrada na ideia do território enquanto um espaço de uso (SANTOS, 2002).

2.1 TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA RURAL

De acordo com Marques (2002), o território rural corresponde àquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características. A autora chama atenção para o rural, assim como o urbano, uma vez definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais.

Para Rodrigues (2014), analisar a relação campo-cidade no Brasil exige uma reflexão sobre dois aspectos da história do país. A ocupação do território, com base na propriedade da terra, o que serviu para sedimentar o poder político dos grandes proprietários de terra e um sistema de oligarquias regionais, e o padrão de urbanização que se baseou na estruturação de complexos regionais, permitindo o surgimento de centros urbanos em todas as regiões, embora mais concentrada nas regiões litorâneas.

Esta realidade, por um lado, gerou uma grande concentração demográfica em algumas grandes metrópoles e outros centros urbanos (regionais e sub-regionais), e permitiu o surgimento de uma grande quantidade de pequenos núcleos por todo o país. No estudo em tela, podemos dizer que tanto o urbano quanto o rural, para o Sertão paraibano, dentro do município de Sousa/PB, prevalece um território de média concentração demográfica e segue o padrão das pequenas médias cidades e municípios brasileiros, com maior concentração de população nas cidades.

Para Rodrigues (2014) na perspectiva territorial, o rural adquire característica própria, é economicamente versátil e com formas de articulação com os espaços urbanos que revela a sua especificidade, contudo, o rural é sempre definido tendo o urbano como referência. No caso de Sousa/PB, a construção do Açude de São Gonçalo, tanto alterou a dinâmica rural, quanto ampliou o espaço urbano em sua direção, dando origem ao Distrito de São Gonçalo, constituído por uma área totalmente urbana, além da existência de 04 núcleos do perímetro irrigado com as águas do açude, que geraram uma concentração de população que se assemelha a uma área urbana.

Entendendo o rural e o urbano como um complexo, no qual se somam os aspectos geográficos do território e os processos sociais e econômicos, a tipologia proposta permite analisar o território brasileiro a partir das dinâmicas territoriais presentes nas diferentes regiões do país. Rodrigues (2014) propõe uma metodologia de classificação do rural e do urbano numa perspectiva multidimensional. Dessa forma, tomando como unidade de análise o município na sua totalidade, classifica-os em sete categorias, sendo três urbanas, três rurais e uma intermédia. Portanto, interessa aqui entender esta compreensão do rural.

Em relação à escolha do município, como unidade de análise, justifica-se por ser a este nível da divisão territorial que são percebidas, de fato, as dimensões de urbano e rural no Brasil. Diferentemente da metodologia adotada pela Organização

para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), há, no caso brasileiro, uma dificuldade de se trabalhar estas dimensões a um nível regional (RODRIGUES, 2014).

Quando tomamos o município como unidade de análise e o definimos como urbano ou rural, queremos dizer que o que define o seu grau de urbanização ou de ruralidade é a dinâmica, ou a trama social e territorial na qual está inserido. Ou seja, optamos por privilegiar o território, e não por uma solução simplificadora como é a situação de domicílio (RODRIGUES, 2014, p. 12).

Tendo como base essa concepção, Rodrigues (2014), delimitamos a nossa área de pesquisa para os aspectos territoriais rurais do município de Sousa/PB, muito mais focado no perímetro irrigado do açude a o que este trouxe de dinâmica territorial para o município e região.

Tanto em autores como Raffestin (1993), quanto Santos (2002), entendem território como um espaço socialmente construído por um determinado grupo social na produção e reprodução de sua existência. Assim, o campo não pode ser concebido apenas como complementar à cidade. Estes argumentos se encontram com a realidade territorial da nossa área de estudo.

Como trata-se de um tema local, cujo objetivo é analisar os processos territoriais de ocupação ocorridos no Perímetro Irrigado do açude de São Gonçalo, nas duas últimas décadas, além de analisar o poder político territorial vigente no Perímetro Irrigado de São Gonçalo, se faz necessário entender os conceitos que alguns teóricos fazem de território e territorialidade. De acordo com Santos (1996) a compreensão do território pode ser definida historicamente.

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima (SANTOS, 1996, p.51).

Para Santos (1996), o território trata-se de um espaço delimitado, e que por vezes são desconstruídos através das relações de poder. Na temática em evidência, o acampamento Federal de São Gonçalo passou por transformações marcadas pela territorialidade, constatado pela ação envolvendo uma gama muito grande de atores

nas apropriações indébitas com o passar do tempo, sem registro de conflitos, aconteceu gradativamente.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO AÇUDE SÃO GONÇALO

Na obra Memorial de um Sertão de autoria Soares (2018, p.84), filho natural de São Gonçalo, que fez a historiografia da criação do acampamento federal através do Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) na década de 1920, órgão depois substituído pelo DNOCS.

Soares (2018, p.19), destaca as diferenças entre as residências dos funcionários que possuíam, que geralmente tinha água encanada, iluminação elétrica e saneamento básico, ou seja, infraestrutura e conforto, na época para os funcionários e seus familiares. Fato que mostra a diferenciação no acampamento, uma vez que as residências destinadas aos engenheiros, chefes, ou seja, altas autoridades da inspetoria local, ofereciam espaço amplo e conforto superiores, além de serem construídas em locais privilegiados nas localidades mais altas do acampamento. As residências de funcionários de níveis inferiores, segundo Soares (2018) apelidados como os cassacos, eram casas de taipas.

SOARES (2018 p.21), faz uma descrição da organização da rua principal do acampamento, a Rua Dezesesseis, que possuía 16 casas (geminadas duas a duas) de cada lado sempre foi considerada a principal, além de ter sido a primeira rua de São Gonçalo, desde a sua formação desde a década de 1920, a década de 1940 nela moravam engenheiros, feitores, fiscais e outros funcionários. Nos períodos de 1950 a 1970, era ocupada por encarregado se seção e pessoal da administração. Era rua que se distinguia pelo nível funcional e social de seus moradores.

SOARES (2018 p.21), descreve a paisagem, a arborização dos pés Ficus que foram substituídos ao logo dos anos, assim como os postes de iluminação dos antigos postes de concreto que com o passar dos anos foram sendo retidos, havendo uma transformação na paisagem cultural. Nesse sentido Santos afirma que:

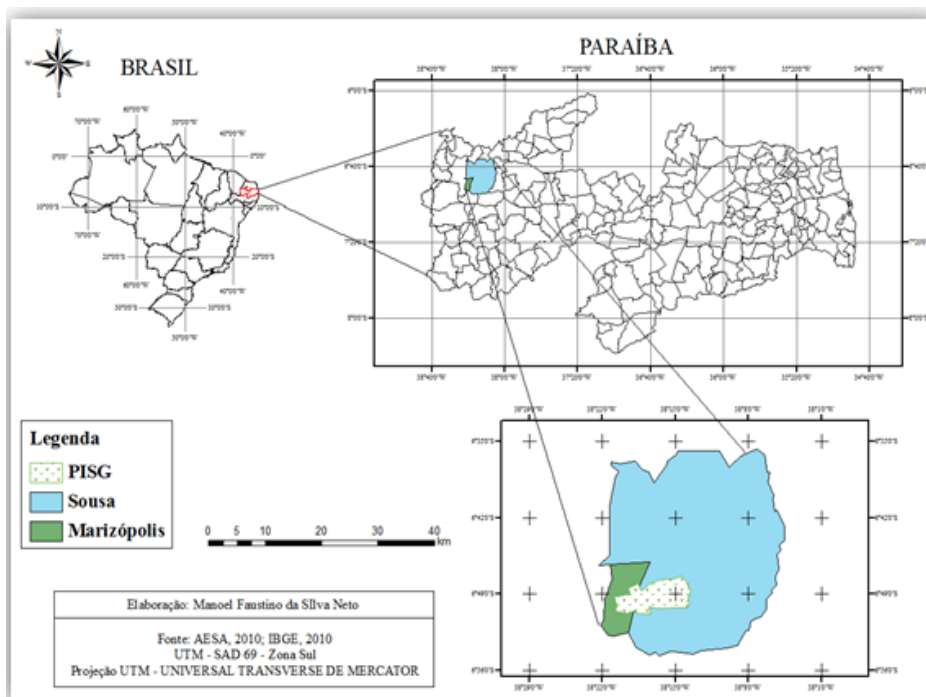
“A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade.” (SANTOS, 1997, p. 37).

As paisagens são humanizadas pela intervenção do homem mediante a necessidade de mudanças para atender as necessidades sociais. Em se tratando do Perímetro Irrigado de São Gonçalo o que se questiona é a forma de como, aconteceram essas intervenções, as apropriações indébitas, a compra do patrimônio público por terceiros.

3.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRAFIA DO PERÍMETRO IRRIGADO DO AÇUDE DE SÃO GONÇALO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) o município de Sousa, está localizado no sertão da Paraíba, aproximadamente, 430 km de distância da capital, João Pessoa. Sua População estimada em 2016 é de aproximadamente 69.196 habitantes. No qual possui uma densidade demográfica de acordo com o censo de 2010 de 89,1 hab/km². O nome do município foi dado em homenagem a Bento Freire de Sousa, seu fundador e primeiro administrador do patrimônio. E de acordo com a Lei Provincial nº 28, de 28/06/1854 seu Município e Cidade passaram a se chamar Sousa (Figura 1):

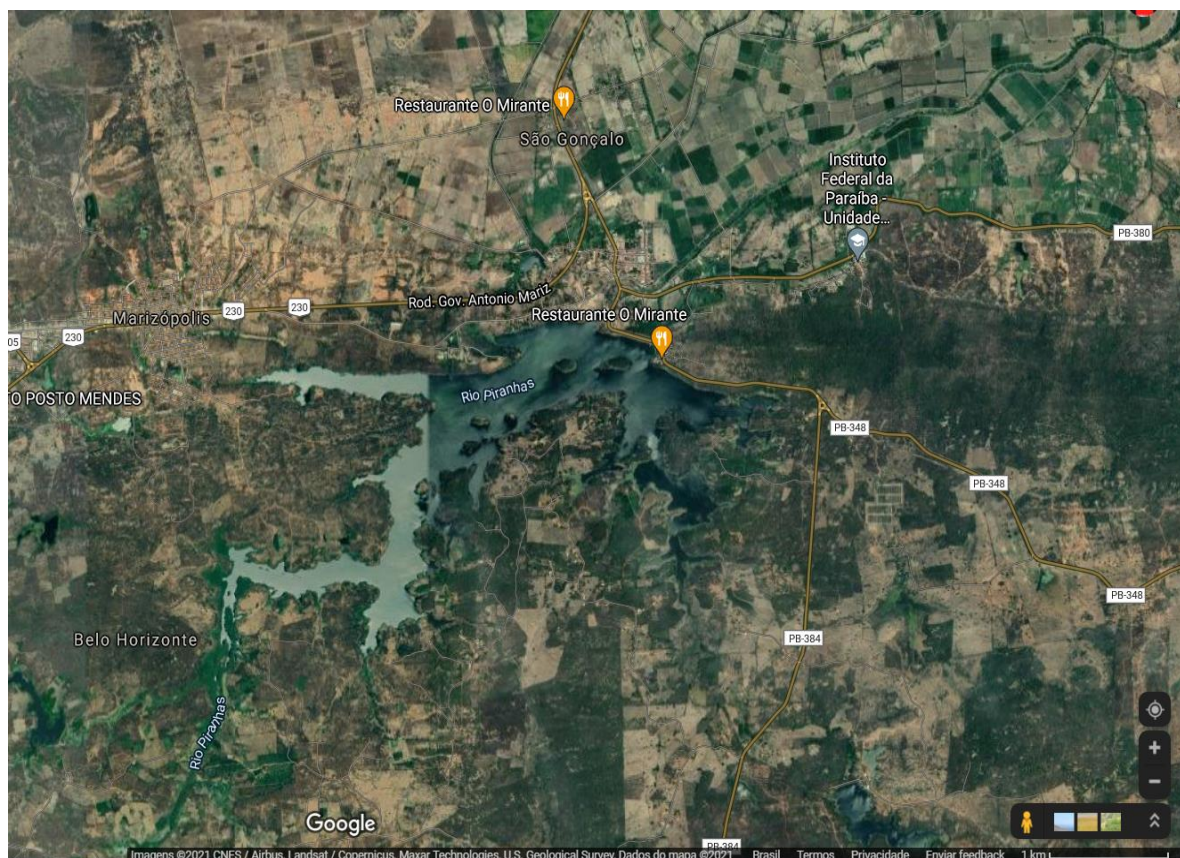
Figura 1 – Localização do Brasil, Paraíba, Sousa, São Gonçalo – PB



Fonte: SILVA, Neto et al. (2013).

A imagem acima fornece à localização no Brasil, do Estado da Paraíba enfatizando a cidade de Sousa e abrangendo a área do perímetro irrigado de São Gonçalo, portanto, essa representação cartográfica insere detalhes acessíveis para uma melhor caracterização dessa área, a qual a pesquisa aborda. O Pesquisador SILVA, Neto et al (2013), fez uma excelente cartografia, quando delimitou o município de Sousa e Marizópolis, destacando que o Perímetro Irrigado do Açude de São Gonçalo, se localiza entre os dois municípios, tendo Marizópolis se emancipado em 1994 do território de Sousa (IBGE, 2010) (Figura 2):

Figura 2 – Vista aérea do Açude de São Gonçalo, Distrito de São Gonçalo, Sousa/PB



Fonte: Google Maps, 2021. <https://www.google.com/maps/@-6.8507081,-38.3341041,7069m/data=!3m1!1e3>

De acordo com Soares (2018), nas décadas de 1970, nas residências do acampamento havia uma placa preta nas faixadas que as indicavam como propriedade do DNOCS, na década de 1990, tem início a descaracterização, através das alterações na originalidade arquitetônicas das casas, as fachadas foram alteradas, foram construídos muros de proteções, instalações de grades e portões e reformas diversas. A falta de fiscalização, a fragilidade do órgão Federal, a falta de uma gestão para coibir as construções irregulares teve como consequências a total descaracterização das residências que historicamente ao longo dos anos serviram exclusivamente aos funcionários moradores do acampamento.

O Perímetro Irrigado de São Gonçalo está localizado ao sul do município de Sousa – PB, próximo ao vale do rio Piranhas e situado às margens da BR-230, distante aproximadamente 440 km da cidade de João Pessoa, capital do Estado. A sua implantação foi iniciada no ano de 1972, chegando a ser oficial a partir de 1973, segundo os dados técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. Conforme Lima (2000, p. 53), os perímetros irrigados são “áreas delimitadas por órgãos estaduais que, baseadas num estudo de viabilidade técnico-

econômica, são classificadas como potencialmente irrigáveis e desapropriadas para a criação de projetos de assentamentos e produção agropecuária”. Portanto, compreende-se por perímetro irrigado, as áreas representadas por meio de órgãos estaduais ou federais, organizados de forma a garantir assistência a produção agrícola nela inserida.

São Gonçalo é um acampamento Federal administrado pelo DNOCS. O lugar apresenta em seu eixo principal o açude de São Gonçalo, com uma adequada infraestrutura de irrigação, voltada ao abastecimento dos colonos que residem nessa localidade.

Todo o Perímetro Irrigado tem suprimento d'água através do açude de São Gonçalo cuja capacidade é de 44.600 milhões de m³ (PDI EAFS, 2007). A água é distribuída entre os lotes dos colonos através de uma rede de canais de irrigação num total de 104.641 metros além do abastecimento humano do distrito de São Gonçalo, as das cidades de Sousa, Marizópolis e Nazarezinho. O Perímetro Irrigado tem uma área de 5.290_{ha}, mas atualmente só é utilizada cerca de 3.212_{ha}, sendo 2.412_{ha} irrigáveis, e 800_{ha} sendo área de sequeiro. Atualmente, a área está assim distribuída: 2.412 ha para os irrigantes; 128 ha para a Escola Agrotécnica Federal de Sousa (EAFS – PB); 303 ha para a COMECA (Cooperativa Mista dos Empresários em Ciências) (GURJÃO, 2009, p.2234).

De acordo com Gurjão (2009), o Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG) depende do manancial de São Gonçalo, pois ele é responsável pelo abastecimento das redes de irrigação. Compreende-se então, que toda área de produção é irrigada com a água vinda desse recurso hídrico, fonte de abastecimento importante para os tipos de produções e para as atividades humanas habitadas neste local. Em síntese, o suprimento hídrico desse açude público federal é destinado para a região de São Gonçalo e áreas circunvizinhas. É importante detalhar a qualidade das águas disponíveis nesse açude, reconhecido pela população como fonte límpida, viável para plantações e também ao consumo humano.

O açude de São Gonçalo tem capacidade para 44.600.000 m³ de água. Teve sua construção iniciada no começo da década de 1920 e inaugurado em 1936. O abastecimento de água de Sousa, Marizópolis e Nazarezinho além do Perímetro irrigado de São Gonçalo depende desse reservatório. Atualmente passou pelo uma reforma para receber as águas da transposição do Rio São Francisco. (SOARES, 2013) (Figura 3):

Figura 3 – Vista do Açude do perímetro irrigado de São Gonçalo, Sousa/PB



Fonte: Box01 do arquivo pessoal da autora – junho/21

A área irrigada, localizada no Sertão paraibano, apresenta aos seus moradores, elevado índice de temperatura o ano todo e o açude é a fonte principal para gerar um equilíbrio térmico e hídrico neste território. Segundo o DNOCS (2017):

A precipitação média anual registrada na região do perímetro irrigado gira em torno de 894 mm, com o período chuvoso se estendendo de janeiro a maio. A temperatura média anual é de 27°C, com uma mínima de 22° C e uma máxima de 38° C. A evaporação média anual é de 3.056,6 mm (DNOCS, perímetro irrigado, 2017, s/p.).

Assim, o DNOCS detalha um período chuvoso na região, ficando concentrada entre os meses de janeiro a maio, chegando a atingir uma temperatura elevada de 38° durante esse período chuvoso, o que não foge das características dessa região nordestina.

Cabe ressaltar que Neto esclarece que a temperatura nessa área de perímetro é bastante elevada, podendo haver concentração de chuvas em poucos meses do ano, de janeiro a abril, por São Gonçalo está inserida em uma área conhecida como polígono das secas.

Relativo à região do semiárido, na concepção de Araújo (2011, p. 91), “o clima da região apresenta características específicas, que podem ser resumidas da

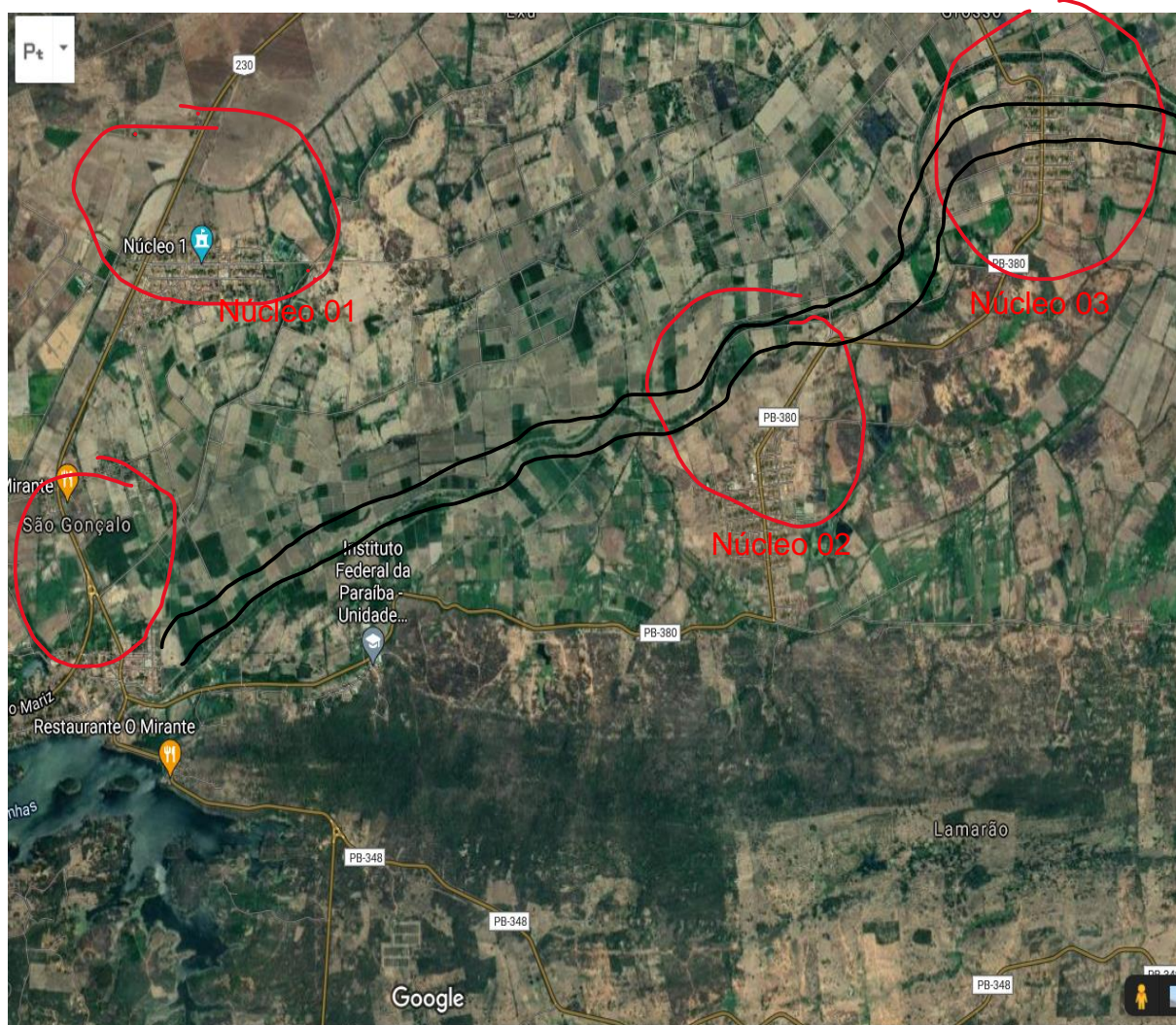
seguinte forma: a) temperaturas altas, acima dos 20° C de médias anuais; b) precipitações escassas, entre 280 a 800 mm; e c) déficit hídrico”. Ou seja, concordando com o autor, face as características específicas do semiárido, é possível relatar que nesse perímetro irrigado, ocorre um clima quente, no qual as condições climáticas interferem na ocorrência das chuvas nessa área.

Compreende-se que os rios Umari e Piranhas, são importantes reservatórios hídricos que passam entre os perímetros irrigados. E conforme as fontes do DNOCS (2017):

[...] Os coletores são os próprios leitos dos rios Umari e Piranhas, em trechos de 14,2 km e 13,3 km, respectivamente. A rede de drenagem principal, com 45,4 km, elimina o excesso da água dos setores de irrigação, levando-o diretamente aos coletores. Os drenos secundários somam 187 km de extensão e recebem água das parcelas, desaguardando nos drenos principais.

Como versa Queiroz (1993, p. 27), “nos reservatórios Engenheiro Ávidos e São Gonçalo, situados na Região do Alto Curso do Rio Piranhas”, são os mais importantes da área e a partir destes reservatórios nasceu o PISG, com destaque para uma concentração de atividades socioeconômicas tanto rurais quanto urbanas, pois a partir do Açude São Gonçalo foram desenvolvidos quatro núcleos populacionais que se dedicam ao desenvolvimento de culturas irrigadas, sendo eles: Distrito Sede de São Gonçalo; Núcleo Habitacional I; Núcleo Habitacional II; e Núcleo Habitacional III (Figura 4):

Figura 4 – Distrito sede de São Gonçalo e Núcleos I, II e III do PISG. Sousa/PB



Fonte: Google Maps, agosto/21. <https://www.google.com/maps/@-6.8314697,-38.2902017,7069m/data=!3m1!1e3>

São Gonçalo possui vários sítios localizados na sua periferia, não obstante, há relatos da existência de alguns desde o século XVIII. A partir da construção do açude da criação do Perímetro Irrigado de São Gonçalo colonos e trabalhadores se organizaram em núcleos urbanos a partir daí surgiram os Núcleos Habitacionais I, II e III (SOARES, 2013).

Estas três áreas territoriais delimitadas para as agrovilas, foram fundamentais na consolidação ou na ocupação territorial do PISG, também dando origem a um povoado mais próximo da barragem que aos poucos se transformou no Distrito de São Gonçalo, atraindo muitos moradores e até mesmo os filhos das famílias nucleares que foram se casando e constituindo novas famílias (Box 1):

Box 1 – Territórios: Núcleos Habitacionais I, II e III do PISG Sousa – PB

Fonte: Arquivo da Autora, agosto/21.

Após o processo de implantação do PISG, veio a construção dos núcleos habitacionais I, II e III. Hoje com seu desenvolvimento bem significativo, deixando de ser uma pequena agrovila e passando a ser um núcleo de escoamento da produção agrícola de grande valor econômico na qualidade de vida dos habitantes.

É possível identificarmos que estes núcleos estão nas proximidades do Rio Piranhas, principal calha hídrica de abastecimento do açude São Gonçalo e a formação territorial de ocupação do seu perímetro irrigado, que originou o Distrito de São Gonçalo, além dos três núcleos de ocupação territorial, conforme os documentos pesquisados no DNOCS, com as demarcações dos lotes e ocupação

do perímetro a partir 1973, inclusive com a criação de uma Cooperativa dos Irrigantes da Paraíba (CIP), depois transformada em Cooperativa Agrícola Mista de São Gonçalo (CAMSG), (SOARES, 2018).

É importante destacarmos que, devido aos longos períodos de estiagens e a forte influência da semiaridez local, sem o Açude de São Gonçalo, ou nos períodos em que o nível da água se encontra muito baixa, importantes trechos do rio Piranhas, fica completamente seco, ou com baixo fluxo hídrico (Figura 5):

Figura 5 – Trecho do rio Piranhas, onde fica a sangria do Açude São Gonçalo, Sousa/PB



Fonte: Arquivo da Autora, junho/21.

A Figura 04 demonstra que nos períodos de estiagem o rio Piranhas, assim como dezenas de outros rios do sertão nordestino, fica seco ou com baixo índice hídrico. No caso em tela, ainda vemos água no leito do rio, devido a sangria do açude de São Gonçalo, mas os núcleos do perímetro ficam com dificuldades para irrigar as suas produções, chegando inclusive a perder grande parte das suas atividades produtivas.

No perímetro existe uma medidora, responsável pela distribuição de águas para irrigação de plantios por meio de canais que cruzam os lotes de terra, facilitando o processo de irrigação por inundação. A medidora constitui-se numa espécie de extensão do açude visando a irrigação da área norte do perímetro (Figura 6).

Figura 6 – Medidora, localizada próximo ao açude de São Gonçalo. Sousa/PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora – junho/21

Nas áreas bem próximas ao açude registramos uma maior vazão hídrica, mas na medida em que nos afastamos da calha principal, a semiaridez provoca a seca, sendo os processos de irrigação indispensáveis para que os agricultores irrigantes do perímetro, consigam desenvolver as suas culturas.

Nas áreas mais distantes do canal de escoamento das águas do açude é possível destacar a prática de queimadas nas proximidades do Rio Piranhas e nos arredores de São Gonçalo, portanto, nota-se a existência de desmatamentos e

queimadas na região do PISG. Essa é uma prática tradicional, mas que prejudica o solo ao longo dos anos (Figura 7):

Figura 7 – Queimadas as margens da PB 380, na altura do Sítio Quandú, PISG – Sousa – PB.



Fonte: Arquivo pessoal da autora – agosto/21

A partir da representação acima, este é um perímetro sem produções, mais completamente expandido de vegetações predominante de clima semiárido, resistentes à falta de água e que frequentemente ocorrem incêndios.

Compreende-se que a área irrigada de São Gonçalo é bastante reconhecida por apresentar uma enorme diversidade de características naturais em seu redor, contudo as climáticas irão contribuir para um desenvolvimento maior de produções implantadas no local.

3.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA ÁREA DO PISG

Desde os primórdios do PISG, um dos aspectos econômicos que recebe destaque em seu solo é a agricultura familiar irrigada, tendo a terra como ferramenta principal de manuseio dos colonos, para o desenvolvimento dos meios de produção agrícolas, assegurando um rendimento necessário à sobrevivência dos que cultivam essa área.

Em relação aos tipos de produção, é importante demarcar que qualquer semente a ser plantada nos campos agrícolas do PISG, no início de sua formação, era de suma responsabilidade do DNOCS, por isso, na época existiam responsáveis para a especificação das áreas como técnicos, engenheiros e agrônomos. Essas pessoas eram capacitadas e contratadas pelo DNOCS para repassar informações sobre como funcionavam a organização das produções, ou seja, era regra dessa instituição, que em toda lavoura produzida tivesse a rotação de cultura, sendo assim, todo colono era submetido a essas visitas e recebia orientação sobre o que deveria cultivar em sua terra. Segundo Lima *et al.* (2001, p. 155):

O desenvolvimento da agricultura paraibana tem se mostrado significativo principalmente na Bacia do Rio Piranhas (Perímetro Irrigado de São Gonçalo e Baixada de Sousa) tornando-se assim um componente de ampla importância econômica para a região, tendo em vista que, sua produção é fonte de renda para inúmeras famílias e responsável por parte do fornecimento de frutas de grandes centros urbanos do país.

Sousa (2017) assevera que os cultivos gerados, nesse perímetro, são sinônimos de destaque urbano, pois, toda a produção cultivada nessa área é reconhecida em muitas capitais brasileiras. E entre as produções encontradas nesse local, é possível destacar as perenes e sem perenes (coco, banana, goiaba, manga, graviola, acerola, maracujá), e ainda culturas temporárias (milho, tomate, feijão, algodão, melão, melancia). Nesse cenário, os plantios temporários são produzidos pelo menos duas vezes ao ano, em tempos de safras.

Quanto à comercialização verificou-se que 90% da produção é destinada para São Paulo, Recife, Brasília, Rio de Janeiro, João Pessoa, entre outros e 2% vendem para EUA; os outros 8% restantes são os proprietários que destinam seus lotes a Sousa e cidades. Para onde a produção é vendida EUA 2% São Paulo, Recife, Brasília, Rio de Janeiro, João Pessoa, entre outros. 90% Sousa e Região 8% (SILVA NETO, 2013, p. 161),

Em conformidade com Silva Neto (2013), percebe-se que na área produtiva do PISG, o maior percentual de cultivos a serem produzidos é o de coco e banana, com um percentual de 52% na base produtiva. A banana apresenta-se em destaque após o coco, pois para a maioria dos agricultores é considerada um cultivo simples e mais sensível em seu manejo. Nesse cenário, é possível perceber a geração de renda econômica no PISG, ressaltando as exportações de maior interesse para os

consumidores, pois o coco e a banana são frutas consideradas duas das mais importantes fontes de renda para os irrigantes de São Gonçalo.

É evidente, segundo registros locais, que “a água de coco produzida em Sousa é julgada a melhor do Brasil (ENTREVISTA NO CANAL DO YOUTUBE DO DIÁRIO DO SERTÃO, 2013). O reconhecimento econômico dessa produção, no ramo de importação comercial, assinala uma produção de 120 mil a 150 mil cocos por dia, os quais são destinados a várias capitais do país (Figura 8):

Figura 8– Produção de coco Verde na área do perímetro irrigado do Açude São Gonçalo, Sousa/PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora – Agosto/21

Assim, fica demonstrado a abundante produção de coco nesse local que saía diariamente dessa área de plantio, caracterizando os lotes com vegetações verdes e bem irrigadas, o tamanho dos cachos de coco contidos em cada coqueiro, vislumbra a fartura econômica que existia antes da seca que arrasou o ambiente local.

Neste perímetro, observa-se que a agricultura apresenta o principal sustento econômico, porém, os agricultores utilizam suas terras não só para base agrícola, mas também outro fator economicamente relevante seria a pecuária, através da

prática da criação de bovinos e cultivo de capim, e ainda alguns colonos realizam a prática da pesca, por meios de construções de reservatórios de peixe ou retirando-os do açude de São Gonçalo (Figura 9):

Figura 9 – Estação de Piscicultura Joaquim Firmino Filho no PISG – Sousa – PB.



Fonte: Arquivo pessoal da autora – agosto/21

O pesquisador Silva Neto (2013) destaca que, inaugurada em 2008, a estação, com capacidade de produzir cinco milhões de alevinos por ano, ocupa uma área de 6 hectares, 9.600 m³ de lâmina de água. No início, as principais espécies produzidas eram de Tilápia do Nilo Tambaqui, Curimatã e Carpa. No momento de registro da imagem, a galeria de recepção da água do açude São Gonçalo estava vazia.

Em suma, a produção gerada, no perímetro, determina um elevado índice econômico em toda a região, fornecendo sustento a milhares de pessoas no município, garantindo a sobrevivência das famílias de colonos existentes nessa área.

Para um melhor aparelhamento ambiental e climático da área, o PISG conta ainda com uma estação meteorológica, responsável por fornecer informações no que diz respeito ao índice de insolação, bem como por medir as precipitações

pluviométricas ao longo do período chuvoso. Nossa visita de campo foi fundamental para compreendermos o funcionamento destes equipamentos (Figura 10):

Figura 10 – Estação meteorológica na região do PISG – Sousa – PB.



Fonte: Arquivo pessoal da autora – Agosto/21

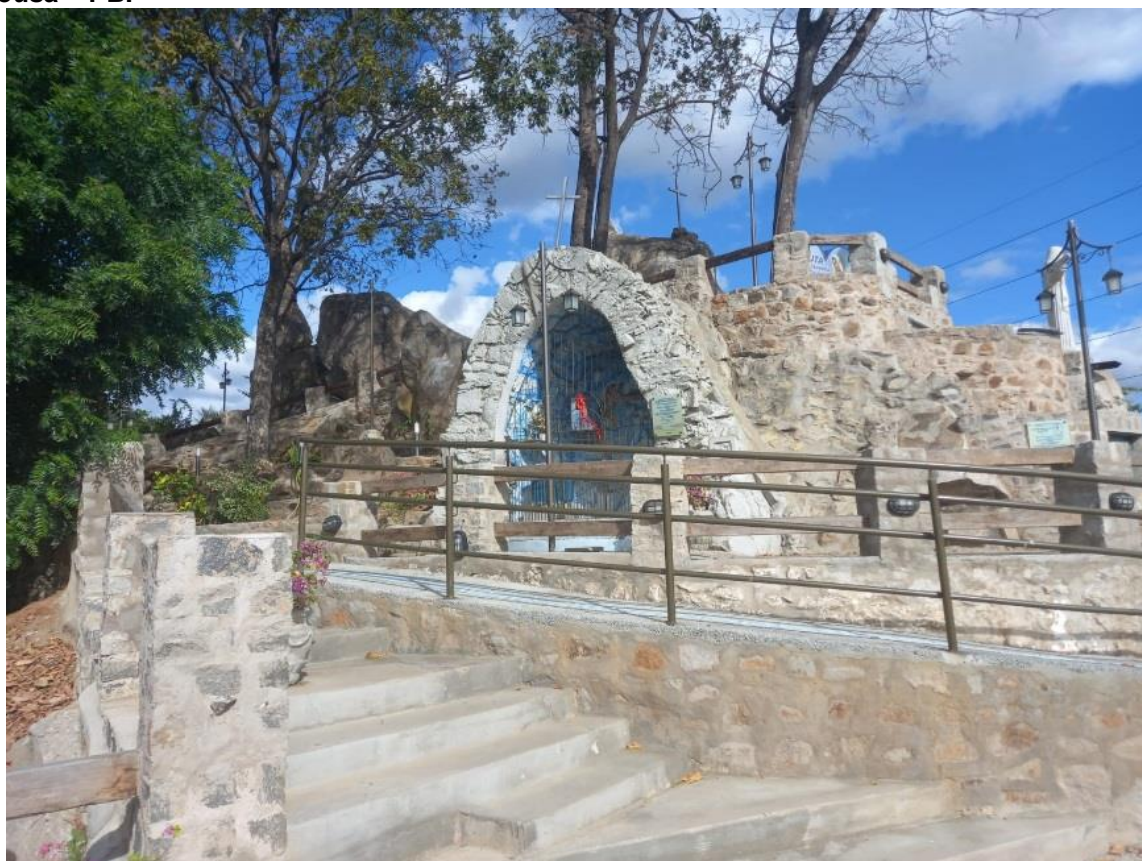
De acordo com Silva Neto (2013) esta estação meteorológica foi instalada em 08 de outubro de 1938, a estação se encontra em pleno funcionamento, sendo considerada classe A. Esta estação é referência para a coleta de dados meteorológicos e/ou atmosférico para toda essa região sertaneja, gerando dados que permitem o estabelecimento de metas e planejamento sobre a capacidade produtiva semestral e anual. Sem estes dados, a instabilidade ambiental devido a semiaridez poderia impedir o desempenho produtivo do território perimetral do açude São Gonçalo.

No que corresponde aos aspectos religiosos dos moradores do perímetro, a localidade é também conhecida pelo seu turismo religioso, em função da Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, erguida as margens do açude, desde os primórdios da construção do manancial, local em que as famílias católicas utilizam para fazer suas promessas ou pagar as graças alcançadas.

Sem identificarmos nomes, conversamos com uma moradora, Dona MJGS, 73 anos, agricultora e doméstica, que nos revelou ser devota de Ns^a. Sr^a de Lurdes

e sempre faz promessas para que o ano seja bom de safra para ela, seus familiares e vizinhos. O local é muito visitado e devido a proximidade do balde do açude, também foram instalados restaurantes e até moradias, nestas intermediações (figura 11).

Figura 11: Vista panorâmica da Gruta de Nossa Senhora de Lourdes localizada no PISG – Sousa – PB.



Fonte: Arquivo pessoal da autora- julho/21

De acordo com moradores locais, as manifestações públicas da religiosidade em São Gonçalo se iniciam na década de 1930 com o advento da construção da capela e da gruta de nossa senhora de Lourdes, com extrema predominância do catolicismo, religião oficial na época e até os dias atuais.

O Distrito que se formou nas proximidades do açude, tem como padroeiro São Gonçalo e se tornou o nome oficial dessa área urbana. O local é ambiente de culto e adoração pelos fiéis, notadamente aos sábados, domingos e feriados, verdadeira romaria de penitentes que, conduzem flores, velas e, manifestam seu agradecimento à Santa pelas Graças e milagres alcançados. É como uma casa de orações e recebe fiéis de várias partes do Brasil.

Como braço organizacional dos moradores locais, há na comunidade uma loja maçônica, responsável por ações de assistência a pessoas carentes, bem como por muito tempo foi mantenedora de uma escolinha para realizar a alfabetização de crianças na comunidade (Figura 12):

Figura 12: Loja Maçônica Vale do Piranhas localizada no PISG – Sousa – PB.



Fonte: Arquivo pessoal da autora- agosto/21

Na recepção aos turistas e visitantes, destaca-se o Hotel e Restaurante Catete, espaço que faz parte da história política e social do perímetro, tendo sido palco de encontro de grandes autoridades, entre os quais presidentes da república que se instalaram no local desde a construção do açude. Não conseguimos maiores informações sobre o funcionamento da Maçonaria, mesmo assim, sabemos do seu papel social para as comunidades carentes do PISG.

O local recebe este nome porque por alguns dias foi a sede do governo federal quando da passagem do presidente da República Getúlio Vargas pelo Distrito de São Gonçalo. É um prédio no estilo rural de casa de fazenda, mas bem estruturado com capacidade para receber dezenas de hóspedes, tanto das áreas

circunvizinhas, quanto do estado e de outras regiões, além de atrair familiares da região que migraram para o sudeste e que quando vem visitar as famílias, quando possuem um poder aquisitivo maior, se hospedam no Hotel do Catete (Figura 13):

Figura 13: Prédio histórico do Hotel Catete, Distrito de São Gonçalo, no PISG – Sousa - PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora- agosto/21

O que podemos deduzir sobre esse território de implantação do açude São Gonçalo foi a atração de investimentos federais para a região semiárida da Paraíba, frutos das antigas políticas de açudagem do antigo IFOCS, que se transformou no DNOCS, dando importante impulso produtivo para as primeiras famílias de irrigantes, para além das tradicionais culturas do gado e do algodão. Os núcleos de povoamento e o Distrito de São Gonçalo, contribuiu para uma importante concentração populacional nas proximidades do açude.

No aspecto educativo, o distrito conta com a fazenda escola do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFPB, Campus Sousa), antiga Escola Agro técnica Federal de Sousa (EAFS), responsável por diversos estudos e análises sobre o solo local, além de cursos técnicos e superiores que atendem tanto aos

filhos das famílias que vivem e trabalham no PISG, quanto na área urbana de Sousa e municípios circunvizinhos (figura 14).

Figura 14: IFPB, Campus Sousa – Unidade São Gonçalo – Sousa - PB



Fonte: Arquivo pessoal da autora- agosto/21

A atração de recurso federal para a área do PISG foi marcante para a efetivação das famílias no Distrito de São Gonçalo e nos Núcleos de ocupação territorial das famílias de irrigantes, mas também atraiu investidores de outros setores, como bares, restaurantes, lojas comerciais, postos de combustíveis, farmácias, supermercados e lojas comerciais para materiais de construção, produtos e ferramentas agrícolas etc. Neste ponto surgiram inclusive situações de conflitos entre os interesses do poder público, no que diz respeito as terras controladas pelo DNOCS e ocupações consideradas irregulares perante o órgão e os ocupantes.

Esse fomento desenvolvimentista também deu origem a várias áreas de lazer, entre fazendas, bares, restaurantes e outros maravilhosos pontos de observações deste “paraíso irrigado”, como as Tamarineiras, a gruta Nossa senhora de Lourdes, o restaurante “O mirante” e o topo da serra devido a sua altitude, o cume serrano proporciona imagens impressionantes para os turistas e visitantes.

Na atualidade, muitos visitantes, quando visitam Sousa, o Vale dos Dinossauros, em muitos casos, ficam alguns dias para desfrutar das belezas naturais do açude de São Gonçalo, mas também de uma culinária voltada para os pescados e alimentos típicos do Sertão, como a carne de sol, o bode, a galinha de capoeira etc. O PISG tanto é um território de produção agrícola irrigada, quanto é

um local com atrativos turísticos que já se encontra nas rotas da região sertaneja (SOARES, 2013) (Figura 15):

Figura 15 – Vista do Túnel de Tamarineiras localizada no PISG – Sousa – PB.



Fonte: Arquivo pessoal do autor – Agosto/21

Na figura acima vemos as Tamarineiras, um local de beleza natural, visitado por turistas do todo o sertão do estado da Paraíba. Como a paisagem semiárida é marcada pela seca, essa área que se localiza próximo ao canal do PISG, possui árvores centenárias com copas bem desenvolvidas e que atraem tanto turistas, quanto moradores locais para caminhadas matinais e de fins de tardes, pois a sombra e a ventilação natural tornam o lugar mais agradável do que o restante do território, bem mais quente devido a semiaridez.

Ao longo dos anos, quando a área do PISG já estava com a sua capacidade técnica instalada e as famílias instaladas nos núcleos de povoamento para os irrigantes, na medida em que o território foi se tornando produtivo, e ao longo dos anos, quando o espelho d'água do açude foi atingindo sua capacidade máxima, outros interessados em ocupar as áreas aparentemente desocupadas. Isso gerou alguns conflitos territoriais locais, inclusive com processos federais contra ocupantes

irregulares. Em entrevista com um dos advogados locais, foi possível constatar os interesses e as tensões, que ainda existem na área até os dias atuais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES – TERRITÓRIO DE CONFLITOS NO PISG

Sobre o território como fonte de recursos, cuja importância está no seu acesso, controle e uso, “área defendida em função da disponibilidade e garantia de recursos necessários à reprodução material de um grupo” (HAESBAERTH, 2004, p. 56). Mas nem todo território se define de maneira clara, assim Haesbaerth (2004) destaca que o território pode ser pensado a partir de quatro aspectos: a) Jurídico-político, Econômico, Cultural e Ambiental.

Na nossa área de estudo, identificamos através dos documentos do DNOCS, em processos jurídicos e em outras fontes de pesquisa local, que a área de ocupação do PISG, passou e ainda passa por diferentes formas de ocupação e uso, inclusive com terras que foram demarcadas há décadas, mas que as famílias repassaram para outras pessoas que não estavam dentro dos planos de ocupação territorial e produtiva, gerando ocupantes que nem sempre estão ligados ao perímetro.

Assim, o PISG sofre constantes formas de ocupação, muitas vezes políticas e econômicas, de grupos sociais que passam a usar esta área, como moradia e até casas de campo e/ou área de lazer, sem de fato, gerar dinâmicas produtivas, como foi projetado anteriormente pelos órgãos públicos que executaram a construção do Açude São Gonçalo e seu perímetro de irrigação (Figura 16):

Figura 16: Casa de veraneio as margens do açude de São Gonçalo, Sousa - PB



Fonte: Gilson M. Evangelista, 2017

Pesquisando em documentos do DNOCS, foi possível constatar essa filosofia de combate às secas se deu basicamente com a construção de grandes açudes como o São Gonçalo, que foi inaugurado em 02 de fevereiro de 1936. A fixação da população sertaneja no seu entorno, através de contratos de concessão de uso de terras do DNOCS, para a prática da agricultura de subsistência. Assim foi feito, até que, em 1988, a Constituição Federal deu status constitucional ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, para a atual e futuras gerações (CONAMA, 2002).

A partir de então, as ocupações, regulares perante o DNOCS, titular do domínio daquelas terras, passaram a ser vistas como violadoras das leis ambientais. No centro dessa celeuma, esteve a Resolução CONAMA 302/2002, que passou a considerar as margens dos açudes como sendo áreas de preservação permanentes – APP – portanto não edificáveis, e cuja vegetação passou a ser insuscetível de supressão. Justamente a área ocupada pelos agricultores. Essa margem era de cem metros de largura, a partir do ponto de sangria do açude, já havia construções bem anteriores a novas leis ambientais o que passou a gerar conflitos de interesses (Box 2):

Box 2 – Restaurante O Mirante as margens do Açude Rio Piranhas no Perímetro Irrigado de São Gonçalo.



Fonte: Gilson M. Evangelista (1993 - 2021)

Conversando com o advogado Evangelista (2021), ele informou que a partir da década de 1990, iniciou-se um intenso processo de ocupação de terrenos e prédios públicos e sua venda à iniciativa privada, desta feita por especuladores. O DNOCS não faz a escrituração dos seus imóveis erguidos em São Gonçalo. O procedimento foi averbar no Cartório de Registro de Imóveis, onde está registrada toda a área do perímetro, os imóveis que foram ou venham a ser erguidos nos domínios do DNOCS.

Constatamos que a construção de casas de veraneio e áreas de lazer. Vale ressaltar que a apropriação não se deu apenas nas margens do açude, mas também nas localidades mais altas, a exemplo do Túnel, Alto da Gruta, na região da antiga Zootecnia, Ripado, além de avenidas e becos de acessos, terrenos que foram repassados a terceiros, que passam a serem utilizados para plantio e criação de animais, dependendo se situados na zona urbana ou rural do Perímetro (Box 3):

Box 3 – Ocupação na área da Zootecnia em Haras para cavalos no Perímetro Irrigado de São Gonçalo.



Fonte: Arquivo pessoal da autora – julho/21

De acordo com Evangelista (2021), o DNOCS, no seu início de operação em São Gonçalo, entregava seus imóveis residenciais como imóveis funcionais aos seus servidores, e obrigava a devolução das suas chaves, quando os seus ocupantes os desocupassem por algum motivo – geralmente remoção para outra unidade funcional ou aposentadoria. Ocorre que a partir de certo momento, o DNOCS não mais contratou servidores para substituir os aposentados. A partir de

então, os próprios servidores que desocupavam os imóveis não mais devolveram as chaves, e sim repassaram sua posse, onerosamente e a terceiros.

Entre as muitas construções consideradas ocupações indevidas no Distrito de São Gonçalo, que enfrentam processos na justiça local, encontra-se o bar *Boa Vista*, erguido as margens do açude, não respeitando a faixa de terra mínima para construções as margens de rios e mananciais (Figura 17):

Figura 17 – Restaurante as margens do Açude Rio Piranhas no Perímetro Irrigado de São Gonçalo.



Fonte: Arquivo pessoal do autor – julho/21

Há vários bares/restaurantes localizados às margens do açude, nas proximidades de um Mirante deslumbrante vista panorâmica para o açude notadamente para o setor oeste do reservatório. O local é um ponto tradicional para turistas que buscam as comidas típicas da região como o pirão de peixe tucunaré, tilápia (*Cichla ocellaris* e *Tilapia rendalli*) de água doce, os peixes fritos, rubacão (uma mistura do feijão macassá, arroz da terra e queijo de coalho), galinha de capoeira, buchada e carne de bode na brasa e outras iguarias da culinária sertaneja.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho científico foi produzido objetivando compreender as transformações territoriais impostas ao longo do tempo, o que gerou modificações nos aspectos físicos e de domínio do Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG), realizando um passeio histórico desde a construção do açude de São Gonçalo até os dias atuais.

Casos de conflitos territoriais que envolve os interesses da união em relação as terras públicas das margens de rios e açudes, com a construção de edifícios residências, comerciais e até casas de veraneio, são centenas e estão tanto nas margens do açude São Gonçalo, quanto em áreas mais afastadas, bem como nos trechos de irrigação, em que nos períodos de estiagens prolongadas, algumas famílias, repassaram lotes para quem não possuía os títulos de concessão do DNOCS.

Constamos que na área do PISG e nas próprias margens do açude, instaurou-se um verdadeiro mercado imobiliário paralelo com os imóveis do DNOCS, o que perdura até hoje. Contribuiu sobremaneira para isso, o sucateamento e o desmantelamento da estrutura do DNOCS, que se no passado sempre foi administrado por servidores de carreira nomeados, passou a ser moeda de troca nos conchavos políticos para a conquista de apoio no Congresso para o governante de plantão.

Estes casos como relatamos alguns exemplos, representam os principais pontos de conflito territorial entre os interesses públicos, privados e comunitários, em especial, quando se trata de um território rodeado por água, em uma região predominantemente marcada por seca ou clima semiárido como é o caso do Sertão paraibano. Uma triste situação para aquele que foi, em seus melhores momentos, um dos entes públicos mais poderosos, e que mais benefícios trouxe à Nação, notadamente ao semiárido nordestino, com a construção de grandes barragens, irrigação, adutoras, rodovias, pisciculturas, perímetros irrigados etc.

Claro que não podemos generalizar, pois a grande maioria das famílias que vivem nos núcleos de ocupação do PISG estão e sempre estiveram ativas e produtivas. Mas, muitas famílias foram crescendo ao longo das décadas e no plano de ocupação do território não havia a previsão de que os filhos poderiam ocupar trechos do perímetro para a constituição de novas famílias.

Neste caso, foram surgindo vários agregados familiares e aqueles que tinham mais posses, terminaram por também ocupar algumas áreas, foram diversificando suas atividades, abrindo pontos comerciais, alterando as edificações originais e até ocupando trechos do perímetro que não estavam previstos.

Então vimos que, com as mudanças constitucionais e as novas leis ambientais, muitos ocupantes passaram a ser considerados ilegais, além de outros investidores, que mesmo sabendo dos riscos jurídicos, adquiriram lotes e passaram a construir edificações as mais variadas, como moradias, prédios comerciais, galpões e até casas de veraneio. Estes foram os principais aspectos dos conflitos territoriais locais, provenientes do tipo de ocupação e uso das áreas rurais e urbanas do entorno do PISG, uma importante área territorial que ultrapassou as expectativas de acumulo de água para atender as necessidades básicas da população sertaneja de Sousa/PB.

Por meio deste trabalho, é possível compreender melhor essas transformações geradas e que trouxe modificações nos aspectos físicos do distrito, fruto do sucateamento do órgão federal DNOCS que perdeu completamente o domínio sobre o acampamento federal. Ao longo da pesquisa, foi possível constar as investidas da iniciativa privada nestas terras de domínio da União, em face das muitas construções em áreas inapropriadas, a exemplo dos bares e restaurantes as margens do açude e as casas de veraneio.

Desta forma, fica evidente a necessidade de aprofundar-se por meio de outros trabalhos para investigar ainda mais a fundo como se deu a comercialização destas terras e de que forma conseguem manter-se de pé e sendo comercializadas infringindo as leis.

Temos plena consciência de que, a pesquisa possui limites e que o período de Pandemia do Covid-19, iniciada por volta do mês de março de 2020, atrapalharam em muito os planos para este estudo. Mesmo assim, os argumentos teóricos foram colhidos através das redes sociais, os documentos encontrados serviram de base e alguns relatos de pessoas mais próximas foram fundamentais nesta construção.

Sabemos que devido a pandemia do Covid-19, importante parte de nossa pesquisa não foi possível, que eram entrevistas com pessoas que atuam no PISG, entrevistas autoridades políticas, representantes dos agricultores irrigantes, comerciantes locais, entre outros.

REFERÊNCIAS

BONNEMAISON, J.; CABREZY, L. **Le lienterrotorial: entre frontières et identités: Géographies et cultures:** Paris L. Hartmat - CNRS, 20, 1996.

BORDO, A.A. et al. As diferentes abordagens do conceito de território. **Recuperado em**, v. 5, 2012.

EHRICH, Isaías de Oliveira. **Entre os apitos da casa-de-força: uma representação social do romance “A barragem” / Isaías de Oliveira Ehrich.** – Cajazeiras – PB. Editora e Gráfica Real, 2016.

Entrevista de agricultores no canal do site Diário do Sertão no Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/CmSS_eki454>. Acessado em 10 de agosto de 2021.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Contagem Populacional. 2010. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.** Disponível em: www.sidra.ibge.br. Acesso em: 15 jul. 2021.

LIMA, C.O.; BARBOSA, M.P.; LIMA, V.L.A.; SILVA, M.J. Uso de imagens TM/Landsat-5 e termometria na identificação e mapeamento de solos afetados por saís na região de Sousa-PB. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, v.5, n.2, p.361-363, 2001.

LIMA, Silvana Lúcia da Silva. **As políticas públicas e a modernização agrícola no Baixo Jaguaribe – Ceará.** Fortaleza, 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Ceará.

MARQUES, M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão.** Terra Livre, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

NASCIMENTO, J. M. **Os bancos de sementes comunitários na construção dos territórios de Esperança: o caso do assentamento Três Irmãos/PB.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, J. F. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. **Análise Social**, n. 211, p. 430-456, 2014.

SANTOS, C. M. **Políticas Públicas de Desenvolvimento no Território do Alto Sertão Sergipano: entre a governança e a sustentabilidade.** 2014. 256 f.: il. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014.
SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, S. C. M. **Nas veredas por reconhecimento social**: o papel da educação na desconstrução da inferioridade dos sujeitos do Campo. 2012. 240f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2012.

SCHNEIDER, S. *et al.* A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, 2004.

SOARES, J. A. São Gonçalo: Fragmentos da História. Sousa: Ed. do Autor, 2013.
SOARES, Josemar Alves. Memorial de um Sertão/ Sousa: { s,n,}.2018.

SOUSA, Meiriane Lima de. **As consequências da seca no Perímetro Irrigado de São Gonçalo - Sousa-PB** / Meiriane Lima de Sousa. - Cajazeiras, 2017.

SPOSITO, E. S. **Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná**. In: RIBAS, A.D.; SPOSITO, E. S, SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão (PR): Unioeste; 2004. p. 15-20.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta publicação, desde que citada a fonte. sercom@tjdft.jus.br.

TRESMANN, I. **A pátria renascida**. Revista Globo Rural. Edição 268. Fev. 2008. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF.